



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XLIII Concurso para o Ingresso na Magistratura
de Carreira do Estado do Rio de Janeiro

4

001. PROVA OBJETIVA

JUIZ SUBSTITUTO

INSTRUÇÕES

- Este caderno de questões contém um total de 80 questões objetivas.
- Confira a versão de seu caderno com a versão constante na etiqueta da sua carteira.
- Assine no local indicado na folha de respostas.
- Assinale na folha de respostas, com caneta esferográfica azul ou preta, o número da sua prova.
- Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta, assinalando com caneta esferográfica azul ou preta.
- Para cada questão existe apenas uma resposta correta.
- Responda a todas as questões.
- Durante a realização da prova não será permitida consulta a livros, anotações e comentários de qualquer natureza.
- Será permitida a saída do candidato após transcorrida 1 hora do início da prova, sem levar o caderno de questões e esta capa.
- O candidato que se retirar quando faltarem 2 horas para o término da prova poderá levar esta capa para futura conferência com o gabarito a ser divulgado.
- A duração da prova é de 5 horas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XLIII Concurso para o Ingresso na Magistratura
de Carreira do Estado do Rio de Janeiro

4

ESTA NÃO É A FOLHA DE RESPOSTAS – GABARITO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA.

01	<input type="checkbox"/>	21	<input type="checkbox"/>	41	<input type="checkbox"/>	61	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	22	<input type="checkbox"/>	42	<input type="checkbox"/>	62	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	23	<input type="checkbox"/>	43	<input type="checkbox"/>	63	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	24	<input type="checkbox"/>	44	<input type="checkbox"/>	64	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	25	<input type="checkbox"/>	45	<input type="checkbox"/>	65	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	26	<input type="checkbox"/>	46	<input type="checkbox"/>	66	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	27	<input type="checkbox"/>	47	<input type="checkbox"/>	67	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	28	<input type="checkbox"/>	48	<input type="checkbox"/>	68	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	29	<input type="checkbox"/>	49	<input type="checkbox"/>	69	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	30	<input type="checkbox"/>	50	<input type="checkbox"/>	70	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	31	<input type="checkbox"/>	51	<input type="checkbox"/>	71	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	32	<input type="checkbox"/>	52	<input type="checkbox"/>	72	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	33	<input type="checkbox"/>	53	<input type="checkbox"/>	73	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	34	<input type="checkbox"/>	54	<input type="checkbox"/>	74	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	35	<input type="checkbox"/>	55	<input type="checkbox"/>	75	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	36	<input type="checkbox"/>	56	<input type="checkbox"/>	76	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	37	<input type="checkbox"/>	57	<input type="checkbox"/>	77	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	38	<input type="checkbox"/>	58	<input type="checkbox"/>	78	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	39	<input type="checkbox"/>	59	<input type="checkbox"/>	79	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	40	<input type="checkbox"/>	60	<input type="checkbox"/>	80	<input type="checkbox"/>

01. Quanto à Cédula de Produto Rural (CPR), assinale a alternativa incorreta.

- (A) A garantia cedular da obrigação poderá consistir em hipoteca, penhor ou alienação fiduciária.
- (B) A CPR pode ser emitida apenas pelo produtor rural.
- (C) A CPR é título líquido e certo, exigível pela quantidade e qualidade de produto nela previsto.
- (D) A CPR deverá conter, dentre outros requisitos: data de entrega, promessa pura e simples de entregar o produto, sua indicação e as especificações de qualidade e quantidade, local e condições de entrega, assinatura do emitente.

02. Leia as afirmativas sobre o Plano de Recuperação Judicial.

- I. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convolação em falência.
- II. O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 2 (dois) anos para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho, vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.
- III. Quanto aos créditos de natureza estritamente salarial, vencidos nos 4 (quatro) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, o plano não poderá prever prazo superior a 90 (noventa) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador.
- IV. O plano de recuperação judicial deverá conter: (I) discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados; (II) demonstração de sua viabilidade econômica; e (III) laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou por empresa especializada.

Está correto, apenas, o que se afirma em

- (A) I, III e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.

03. Quanto ao nome empresarial, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas sociedades limitadas, os administradores que omitirem a palavra “limitada” no uso da firma ou denominação social serão responsáveis solidariamente, desde que ajam com dolo comprovado e assumam obrigações com valor superior a 10 salários mínimos vigentes no país.
- (B) A inscrição do empresário, ou dos atos constitutivos das pessoas jurídicas, ou as respectivas averbações, no registro próprio, asseguram o uso exclusivo do nome nos limites do território nacional, independentemente de registro na forma da lei especial.
- (C) É de 4 (quatro) anos o prazo para o prejudicado intentar ação para anular a inscrição do nome empresarial feita com violação da lei ou do contrato.
- (D) Equipara-se ao nome empresarial, para efeitos de proteção legal, a denominação das sociedades simples, associações e fundações.

04. Quanto ao vício do produto e do serviço, nos termos da Lei Federal n.º 8.078/90, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor prejudicado exigir, de imediato, independentemente da natureza e extensão do vício ou da essencialidade do produto, o desfazimento do negócio e restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
- (B) No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto, considerar-se-á implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a estes últimos, autorização em contrário do consumidor.
- (C) A Lei Federal n.º 8.078/90 também se aplica aos serviços públicos, sejam eles prestados diretamente por órgãos públicos, ou por meio de empresas públicas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, devendo tais serviços serem prestados de forma adequada, eficiente, segura e, quanto aos essenciais, contínua.
- (D) São vedadas disposições contratuais que: (I) excluam a garantia legal de adequação do produto ou serviço, ou (II) impossibilitem, exonerem ou atenuem a obrigação de indenizar o consumidor pelo vício do produto ou serviço.

05. Com relação à sociedade limitada, leia as afirmações.

- I. A sociedade limitada rege-se, no que for omissa o Código Civil, pelas normas da sociedade simples ou, havendo previsão expressa no contrato social, pelas normas da sociedade anônima.
- II. Tratando-se de sócio nomeado administrador no contrato social, sua destituição somente se opera pela aprovação de titulares de quotas correspondentes, no mínimo, a dois terços do capital social, salvo disposição contratual diversa.
- III. Omissa o contrato social, o sócio pode ceder suas quotas, total ou parcialmente: (I) a quem seja sócio, sem a necessidade de prévia audiência dos demais sócios, ou (II) a pessoa estranha, se não houver oposição de titulares de mais da metade do capital social.
- IV. O capital social divide-se em cotas, todas elas iguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

Está correto o que se afirma, apenas, em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) III e IV.

DIREITO TRIBUTÁRIO

06. A medida cautelar fiscal será requerida ao juiz competente para a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública. Sobre a referida medida, é correto afirmar que

- (A) se a execução judicial estiver em Tribunal, será competente o relator do recurso.
- (B) a Fazenda Pública pleiteará a medida cautelar fiscal em petição devidamente fundamentada na qual será dispensada a indicação das provas que serão produzidas.
- (C) quando concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de 180 dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecurável na esfera administrativa.
- (D) cessará a eficácia da medida cautelar fiscal se não for executada dentro de 60 dias, podendo a Fazenda Pública repetir o pedido pelo mesmo fundamento.

07. Considerando-se a cobrança a maior, de tributo lançado de ofício, em face da legislação tributária aplicável ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido, o direito de pleitear a restituição extingue-se, de acordo com o Código Tributário Nacional, com o decurso do prazo de 5 anos contados da

- (A) constituição da obrigação tributária à qual corresponda o direito.
- (B) extinção do crédito tributário.
- (C) data em que se tornar definitiva a decisão administrativa.
- (D) data em que passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado ou rescindido a decisão condenatória.

08. A ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributo pago indevidamente

- (A) decai em 5 anos.
- (B) prescreve em 5 anos.
- (C) decai em 3 anos.
- (D) prescreve em 2 anos.

09. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.

- (A) O município que tenha observado, para efeitos da definição de zona urbana, o requisito mínimo da existência de rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar e posto de saúde a uma distância de 5 quilômetros do imóvel considerado para esse fim, poderá instituir e exigir o IPTU (imposto sobre a propriedade territorial urbana).
- (B) Para fins da exigência do ITR (imposto territorial rural), contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do domínio útil ou seu possuidor a qualquer título.
- (C) O ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de determinados serviços), por determinação constitucional, será seletivo em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- (D) Sobre a prestação de serviços de transporte intermunicipal incide o ISS (imposto sobre serviços).

10. Assinale a alternativa em que estão presentes apenas causas extintivas do crédito tributário.

- (A) O depósito do montante integral e o parcelamento.
- (B) As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, e a moratória.
- (C) A compensação e a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e nas condições estabelecidas em lei.
- (D) A concessão de medida liminar em mandado de segurança e o pagamento.

11. A instituição de assistência social “Criança Feliz” não paga IPTU (imposto predial e territorial urbano) porque não tem fins lucrativos e, atendendo aos requisitos da lei, está abrangida pela

- (A) não incidência infraconstitucional.
- (B) isenção.
- (C) remissão.
- (D) imunidade.

12. A legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário é de ser interpretada, nos exatos termos do que dispõe o Código Tributário Nacional,

- (A) teleologicamente.
- (B) exemplificativamente.
- (C) literalmente.
- (D) extensivamente.

13. Leia as afirmações e relacione cada uma delas com os princípios ambientais, na sequência correta.

- 1- Tomar decisões no sentido de impedir a superveniência de danos ao meio ambiente, por meio de medidas apropriadas, antes da elaboração de um plano ou da realização de uma atividade potencialmente degradadora.
- 2- Tomar decisões para limitar o desenvolvimento de atividades e, assim, impedir a superveniência de danos ao meio ambiente em cenários de incerteza e controvérsias quanto às referidas atividades.
- 3- É dever da Administração Pública garantir o acesso dos cidadãos a registros administrativos e a informações sobre atos de governo relativos ao meio ambiente, inclusive sobre materiais e atividades perigosas.
- 4- Exigir do empreendedor medidas capazes de reduzir os impactos ambientais, fazendo-o internalizar os custos ambientais de sua atividade.
- 5- Exigir a retribuição à sociedade pela utilização econômica dos recursos naturais, incentivando, ao mesmo tempo, a racionalização do seu uso.
- 6- Permitir o desenvolvimento de atividades econômicas e buscar a redução das desigualdades sociais, mantendo, porém, uma base ecológica disponível para as futuras gerações.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Prevenção, precaução, informação, poluidor-pagador, usuário-pagador e desenvolvimento sustentável.
- (B) Precaução, prevenção, informação, poluidor-pagador, usuário-pagador e desenvolvimento sustentável.
- (C) Prevenção, precaução, participação, usuário-pagador, equivalência dos custos ambientais e solidariedade intergeracional.
- (D) Precaução, prevenção, participação, equivalência dos custos ambientais, usuário-pagador e solidariedade intergeracional.

14. Sobre a Disciplina Constitucional da Matéria Ambiental, assinale a alternativa correta.

- (A) O tema ambiental perpassa diversos capítulos da Constituição Federal e da Estadual e é reconhecido constitucionalmente um direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cuja proteção judicial fica a cargo do Ministério Público.
- (B) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar sobre florestas, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais.
- (C) A Constituição do Estado do Rio de Janeiro autoriza a criação de taxas na utilização de recursos naturais, para financiar a fiscalização, recuperação e manutenção dos padrões de qualidade ambiental.
- (D) A fim de prevenir obras e atividades significativamente degradadoras do meio ambiente urbano, o Estatuto da Cidade determina a realização de Estudo de Impacto de Vizinhança.

15. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.

- (A) A construção de edificação em área de preservação permanente pode ser objeto de sentença judicial demolitória apenas quando esgotadas as possibilidades de compensação ambiental.
- (B) O Código Florestal dispõe serem as florestas existentes no território nacional bens de interesse comum a todos os habitantes do país e, no intuito de protegê-las, veda qualquer forma de emprego do fogo em práticas florestais e agropastoris.
- (C) A servidão florestal consiste na renúncia permanente a direito de supressão da vegetação nativa, localizada fora da reserva legal e da área de preservação permanente, e deve ser averbada à margem da matrícula do imóvel.
- (D) O proprietário rural que não disponha de área de reserva legal ou cuja reserva seja inferior ao exigido pelo Código Florestal pode desonerar-se da obrigação por 30 anos mediante a doação de área localizada em interior de unidade de conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária.

16. Analise as assertivas.

- I. A criação de unidades de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e consulta pública e pode se dar por meio de lei ou decreto, assim como a ampliação ou redução dos seus limites e a transformação de unidades de menor grau de proteção em unidades do grupo de proteção integral.
- II. A legislação permite o cultivo de organismos geneticamente modificados em áreas de proteção ambiental e em zonas de amortecimento de unidades de conservação, desde que assim previsto nos respectivos planos de manejo e observadas informações técnicas da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio.
- III. A legislação permite o uso comercial de organismos geneticamente modificados desde que haja decisão técnica favorável da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, sendo ou não exigido licenciamento ambiental a critério da referida comissão.
- IV. É permitida a permanência de comunidades tradicionais em unidades de conservação de uso sustentável, desde que suas atividades sejam compatíveis com a preservação e defesa da unidade de conservação e tenham recebido do órgão gestor da unidade termo de posse correspondente à área que ocupam.

Está correto, apenas, o contido em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

17. Acerca da responsabilidade por danos ambientais, pode-se afirmar que

- I. a responsabilidade civil é objetiva, vale dizer, prescinde da comprovação do elemento da culpa, mas não do nexo causal entre a conduta e o dano ambiental;
- II. a responsabilidade civil por danos ambientais funda-se na teoria do risco integral, o que a torna objetiva, admitindo-se tão somente as excludentes do caso fortuito e da força maior;
- III. em decorrência do princípio do poluidor-pagador, é objetiva a responsabilidade penal por danos causados ao meio ambiente, sendo possível a responsabilização da pessoa jurídica deles causadora;
- IV. no caso de danos ocorrentes no armazenamento de resíduos sólidos perigosos, a responsabilidade civil recai solidariamente sobre o responsável pelo armazenamento e pelo gerador do resíduo.

Está correto, apenas, o contido em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

18. Analise as assertivas.

- I. A concessão de licença ambiental caracteriza-se como um ato administrativo vinculado, não podendo ser negada quando o particular satisfaz todos os requisitos legais relacionados ao projeto.
- II. O licenciamento ambiental caracteriza-se como instrumento preventivo de danos ambientais. Durante seu procedimento, pode ser realizado Estudo de Impacto Ambiental, mas nem sempre esse é necessário.
- III. Do reconhecimento de nulidade de licença ambiental em ação civil pública não pode resultar a obrigação de reparar os danos decorrentes de atos realizados sob amparo da licença questionada.
- IV. A construção e instalação de empreendimentos de elétricos de pequeno porte submetem-se a procedimento de licenciamento simplificado, excepcionando o procedimento estabelecido na Resolução CONAMA 237/1997.

Está correto, apenas, o contido em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

19. No que se refere a crimes ambientais, assinale a alternativa correta.

- (A) As condutas tipificadas como crimes ambientais podem ser atenuadas diante do baixo grau de instrução do infrator, do seu arrependimento espontâneo manifestado pela reparação do dano, pela comunicação prévia do perigo e pela colaboração com agentes fiscalizadores.
- (B) São penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, na lei de crimes ambientais, a suspensão de atividades, a interdição temporária de estabelecimento, a proibição de contratar com o poder público e a imposição de multas.
- (C) Sendo independentes as esferas administrativa, civil e penal, a sentença penal condenatória por crime ambiental deve se limitar à aplicação de penalidades, devendo a reparação civil ser discutida em outra ação judicial.
- (D) Deixar de averbar reserva legal, após devida advertência para apresentar termo de compromisso, constitui infração administrativa e crime tipificado na lei de crimes ambientais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

20. A intervenção na propriedade privada é todo ato do Poder Público que, fundado em lei, compulsoriamente retira ou restringe direitos dominiais privados ou sujeita o uso de bens particulares a uma destinação de interesse público. Um dos meios de intervenção na propriedade privada se dá pela desapropriação e, nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a expropriação, seja por utilidade pública ou por interesse social, opera-se mediante prévia e justa indenização em dinheiro, não comportando exceções.
- (B) a desapropriação é forma originária de aquisição da propriedade e por isso o bem expropriado torna-se suscetível de reivindicação, não estando liberado de qualquer ônus que sobre ele incida precedentemente, ficando os eventuais credores sub-rogados no preço.
- (C) a desapropriação de áreas de jazidas de petróleo e minérios nucleares deve ser precedida de ocupação provisória. Não havendo a autorização de lavra, não cabe indenização por jazidas de minério existentes no subsolo do imóvel desapropriado, pois a lavra, em si, é um bem de domínio da União.
- (D) de acordo com o Estatuto da Cidade, decorridos três anos de tributação progressiva do IPTU sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização da propriedade, o Município do Rio de Janeiro poderá proceder à desapropriação do imóvel, mediante pagamento de indenização em dinheiro.

21. O bem comum da coletividade administrada é o único objetivo do Governo do Rio de Janeiro e, portanto, todo ato administrativo emanado do Administrador Público que não for praticado no interesse da coletividade é ilícito e imoral. Partindo dessa premissa, não há liberdade, tampouco vontade pessoal na Administração Pública. Assim, é correto afirmar, referente aos princípios da Administração Pública, que
- (A) o Administrador Público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e dele não pode se afastar ou se desviar, sob pena de praticar ato inválido e se expor à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.
 - (B) a moralidade administrativa nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal.
 - (C) a razoabilidade impõe ao Administrador justificar sua ação administrativa, indicando os pressupostos de fato e de direito que autorizaram sua prática.
 - (D) a motivação se alicerça na segurança jurídica e na necessidade de se respeitarem situações consolidadas no tempo, amparadas pela boa-fé do Administrador Público.
22. Assiste ao Poder Judiciário decidir, com força de definitividade, toda e qualquer contenda sobre a adequada aplicação do Direito. Nesse contexto, é possível afirmar que o Poder Judiciário controla, *in concreto*, a legitimidade dos comportamentos da Administração Pública, anulando suas condutas, compelindo-a àquelas que seriam obrigatórias e condenando-a a indenizar os lesados, quando for o caso. Dentre as medidas judiciais para correção da conduta administrativa, afora as comuns do Direito Privado, assinale a alternativa cuja medida judicial está à disposição de qualquer cidadão e se presta para obter a anulação de atos ou contratos administrativos lesivos ao patrimônio de entidade em que o Estado participe.
- (A) Habeas data.
 - (B) Mandado de Injunção.
 - (C) Ação Civil Pública.
 - (D) Ação Popular.
23. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.
- (A) A reparação do dano causado pela Administração a terceiros obtém-se amigavelmente ou por meio da ação de indenização, e, uma vez indenizada a lesão da vítima, fica a entidade pública com o direito de voltar-se contra o servidor culpado para haver dele o despendido, por meio da Ação Regressiva.
 - (B) A condenação criminal não produz efeitos no processo civil e administrativo, na medida em que não faz coisa julgada relativamente à culpa do agente público.
 - (C) A Ação Regressiva destinada à reparação patrimonial transmite-se aos herdeiros e sucessores do servidor culpado, entretanto não poderá ser instaurada após a cessão do exercício no cargo ou na função, por disponibilidade, aposentadoria, exoneração ou demissão.
 - (D) Mesmo que evidenciada a culpabilidade da vítima, subsiste a responsabilidade objetiva da Administração.
24. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.
- (A) O Poder Judiciário pode, se provocado, examinar os motivos e o conteúdo do ato de demissão, para julgar se ele é, ou não, legítimo frente à lei e aos princípios, em especial aos da proporcionalidade e razoabilidade.
 - (B) O Poder Judiciário pode substituir ou modificar penalidade disciplinar a pretexto de fazer justiça.
 - (C) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
 - (D) O julgamento fora do prazo acarreta a nulidade do processo disciplinar.
25. Uma das características jurídicas reputadas inerentes aos contratos com a Administração Pública reside na competência estatal de modificação unilateral de algumas condições pactuadas. Mas o exercício das competências anômalas da Administração não pode alterar a equação econômico-financeira original. Nesse sentido, com relação ao equilíbrio econômico-financeiro, é correto afirmar que
- (A) se caracteriza quebra da equação econômico-financeira quando o obstáculo podia ser suprimido por meio de conduta do particular.
 - (B) não são considerados relevantes os prazos de início, execução, recebimento provisório e definitivo previstos no edital que deu origem à contratação.
 - (C) se caracteriza rompimento do equilíbrio econômico-financeiro quando a proposta do particular era inexecutable.
 - (D) uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas.
26. Estabilidade é a garantia constitucional de permanência no serviço público, outorgada ao servidor que, nomeado para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, tenha transposto o estágio probatório de três anos, após ser submetido a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. Nesse contexto, é correto asseverar que
- (A) não há que se confundir efetividade com estabilidade, porque aquela é uma característica da nomeação, e esta é um atributo pessoal do ocupante do cargo, adquirido após a satisfação de certas condições de seu exercício.
 - (B) comprovado durante o estágio probatório que o servidor público não satisfaz as exigências da Administração, pode ser demitido, após processo administrativo disciplinar.
 - (C) o servidor estável não pode ser removido ou transferido.
 - (D) a título de indenização, o servidor estável exonerado em razão da redução de despesa fará jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço, excluindo-se o décimo-terceiro salário, férias proporcionais e aquelas não gozadas.

27. Considerando a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta quanto ao direito de ser reconhecido como filho, mediante a ação própria de investigação de paternidade.
- (A) É imprescritível, por se tratar de direito personalíssimo.
- (B) Prescreve em quatro anos, a contar da maioridade ou emancipação do filho.
- (C) Somente pode ser intentada após a ação de anulação de registro.
- (D) Somente pode ser proposta se vivo o pai.
28. Advogado foi contratado por cliente para contestar ação em que se cobrava o valor de R\$ 300.000,00. Ocorre que este advogado, por negligência, deixou de contestar o feito e o cliente foi condenado ao pagamento da referida quantia. Esse cliente ingressou com ação em face do advogado, reclamando indenização por danos morais, pela perda de uma chance. Em razão desses fatos, assinale a alternativa correta.
- (A) Pela fundamentação, somente terá direito à indenização se comprovar não dever os R\$ 300.000,00.
- (B) Não terá direito a ser indenizado, uma vez que não se indenizam os danos hipotéticos.
- (C) Não terá direito a qualquer indenização, pois o prejuízo decorreu do direito do autor da primeira ação.
- (D) Tem direito de ser indenizado moralmente, em razão de ter perdido a oportunidade de ser melhor defendido na ação originária.
29. João nasceu em 14 de setembro de 1990, tendo sido atropelado por um ônibus da empresa Aliança Transportes, em 12 de agosto de 1995. Na ocasião, seus pais não se interessaram em reclamar indenização da empresa, entretanto, ao completar 18 anos, João constituiu um advogado que propôs a ação de reparação de danos em 15 de março de 2011. O juiz, ao apreciar a causa, entendeu que esta se encontrava prescrita. Em razão desse fato, assinale a alternativa correta.
- (A) A ação prescreveu em 12 de agosto de 1998.
- (B) A ação prescreveu em 14 de setembro de 2009.
- (C) Não houve prescrição, o que ocorreria em 14 de setembro de 2011.
- (D) Não houve prescrição, o que ocorreria em 12 de agosto de 2015.
30. Vanessa firmou compromisso de compra e venda de imóvel para uma Construtora com a finalidade de incorporação de um edifício no local e, em contraprestação, receberia 10 unidades dessa nova construção. A Construtora demoliu o imóvel ali existente, porém, nunca construiu outro imóvel, cujas unidades, com exclusão das destinadas a Vanessa, foram prometidas a terceiros, por meio de contrato de compromisso de compra e venda. Em razão disso, Vanessa pleiteou em juízo a rescisão do pacto com a Construtora, o cancelamento do registro do contrato firmado, para que passe a ser a titular do domínio, além de ressarcimento de danos. Em razão desses fatos, assinale a alternativa correta.
- (A) A compra e venda gera direitos obrigacionais entre as partes, de modo que o pedido de cancelamento de registro do contrato não pode ser provido, ainda mais quando há terceiros de boa-fé.
- (B) Vanessa tem direito real sobre o imóvel, assim, tem direito à integralidade do pedido, restando aos terceiros adquirentes das unidades o pedido de ressarcimento perante a construtora.
- (C) Somente poderá ser atendido o pedido de ressarcimento de danos, em valor equivalente às unidades prometidas, que poderá ser convertido em obrigação de fazer, com a determinação de construção do edifício.
- (D) Vanessa terá direito a ser ressarcida do valor equivalente ao imóvel que foi demolido, além do relativo às unidades prometidas, assim como indenização pelo dano moral suportado.
31. Quanto ao direito de vizinhança, assinale a alternativa correta.
- (A) O dono do prédio que não tiver acesso a via pública, nascente ou porto, pode, independentemente de indenização, constranger o vizinho a lhe dar passagem, cujo rumo será judicialmente fixado, se necessário.
- (B) O proprietário de nascente, ou do solo onde caem águas pluviais, satisfeitas as necessidades de seu consumo, pode impedir, ou desviar o curso natural das águas remanescentes pelos prédios inferiores.
- (C) O proprietário tem direito de cercar ou tapar de qualquer modo o seu prédio e pode constranger o seu confinante a proceder com ele à demarcação entre os dois prédios, repartindo-se proporcionalmente entre os interessados as respectivas despesas.
- (D) O proprietário ou ocupante do imóvel é obrigado a tolerar que o vizinho entre no prédio, mesmo sem prévio aviso, para dele temporariamente usar, quando indispensável à reparação, construção, reconstrução ou limpeza de sua casa ou do muro divisório.
32. Para ser reconhecida a desconsideração da personalidade jurídica, no Código Civil, é necessário:
- (A) abuso da pessoa jurídica, mediante sua utilização por dolo do titular da empresa, caracterizado pela má administração.
- (B) abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- (C) abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade e pela confusão patrimonial.
- (D) negligência dos administradores, mesmo quando não exerçam o cargo de diretores, caracterizando-se no desvio de finalidade.

- 33.** Sobre os pressupostos da relação jurídica processual, é correto afirmar:
- (A) é indispensável a participação do cônjuge do autor ou do réu nas ações possessórias, quando o ato for praticado por um deles.
 - (B) não se exige a citação de ambos os cônjuges para as ações que tenham por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóveis de apenas um deles.
 - (C) o cônjuge necessita do consentimento do outro para propor ações que versem sobre imóveis, ainda que de caráter obrigacional.
 - (D) é necessária a citação de ambos os cônjuges para as ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
- 34.** Sobre a apelação, é correto afirmar:
- (A) a apelação é recebida apenas no efeito devolutivo quando interposta de sentença que homologar a divisão ou demarcação.
 - (B) interposta apelação contra sentença que julgou procedente o pedido de instituição de arbitragem, deve ser ela recebida no efeito suspensivo.
 - (C) a apelação é recebida só no efeito devolutivo quando interposta de sentença que julgar a liquidação de sentença.
 - (D) é recebida no efeito devolutivo e suspensivo a apelação interposta contra sentença condenatória de prestação de alimentos.
- 35.** Sobre a intervenção de terceiros, é correto afirmar:
- (A) aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá denunciar a lide ao proprietário ou possuidor.
 - (B) é admissível o chamamento ao processo do proprietário ou do possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada.
 - (C) a denunciação da lide é obrigatória àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.
 - (D) não é admissível o chamamento ao processo dos devedores solidários quando o credor exigir, de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.
- 36.** Tício e Alberto são proprietários de uma fazenda. Parte dessa fazenda está ocupada por invasores. Tício propõe ação reivindicatória. Nesta hipótese, deverá o juiz
- (A) determinar que Tício emende a inicial, incluindo Alberto na demanda, pois o autor da ação possui apenas uma fração ideal do imóvel, sendo-lhe defeso atuar na defesa de direito alheio.
 - (B) determinar que Tício emende a inicial, incluindo Alberto na demanda, por tratar-se de litisconsórcio unitário.
 - (C) receber a inicial, pois, na hipótese de condomínio, o bem pode ser defendido em juízo por apenas um dos condôminos.
 - (D) rejeitar a inicial porque, pela natureza da relação jurídica, o juiz terá que decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.
- 37.** Sobre o procedimento sumário, é correto afirmar:
- (A) o autor não pode optar pelo procedimento sumário para cobrar despesas de condomínio no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
 - (B) sendo ré a Fazenda Pública, a citação deve ocorrer com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
 - (C) as exceções de incompetência, impedimento e suspeição se processam da mesma forma que no procedimento ordinário.
 - (D) as ações que correm pelo procedimento sumário admitem pedido contraposto.
- 38.** Sobre os embargos do devedor, é correto afirmar:
- (A) o juiz julgará improcedentes os embargos quando intempestivos ou manifestamente protelatórios.
 - (B) o juiz poderá atribuir efeito suspensivo aos embargos quando, sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano, mesmo que a execução não esteja garantida.
 - (C) a concessão de efeito suspensivo aos embargos não impedirá a efetivação dos atos de penhora e de avaliação dos bens.
 - (D) quando marido e mulher são executados, o prazo para embargos é contado a partir da juntada do respectivo mandado citatório.
- 39.** Sobre o processo cautelar, é correto afirmar:
- (A) para a concessão de medida cautelar, o requerente deve indicar a exposição sumária do direito ameaçado e o receio da lesão.
 - (B) para a concessão da medida cautelar, o requerente deve fazer prova inequívoca que convença o juiz da verossimilhança da alegação.
 - (C) no uso do poder cautelar, o juiz pode determinar medidas cautelares sem audiência das partes.
 - (D) na medida cautelar com objetivo de obtenção de medida de cunho satisfativo, é necessária a propositura de ação principal.
- 40.** O deputado federal pode ser considerado parte legítima em mandado de segurança em decorrência de ato praticado como membro do legislativo?
- (A) Sim, porque é uma autoridade.
 - (B) Não, porque é membro de um órgão colegiado.
 - (C) Sim, porque detém mandato de representação popular.
 - (D) Não, porque a autoridade coatora é o presidente da Câmara dos Deputados.

DIREITO DO CONSUMIDOR

41. Em caso de vício do produto, o consumidor poderá exigir sua substituição por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, se o fornecedor não resolver o problema em
- (A) 15 dias.
 - (B) 30 dias.
 - (C) 5 anos.
 - (D) 10 anos.
42. Em matéria de publicidade, é correto afirmar que é
- (A) abusiva aquela parcialmente falsa, que induz o consumidor em erro em relação à qualidade do produto.
 - (B) enganosa aquela que se aproveita da deficiência de julgamento da criança.
 - (C) abusiva aquela que por omissão deixa de destacar elemento essencial à decisão de compra do consumidor.
 - (D) enganosa a que induz o consumidor em erro a respeito da sua segurança no consumo.
43. Em matéria de sanções administrativas, assinale a alternativa incorreta.
- (A) A pena de apreensão de produto será aplicada pela administração, quando forem constatados vícios de quantidade do produto.
 - (B) A pena de suspensão do fornecimento do serviço será aplicada em caso de vício de qualidade por inadequação.
 - (C) A pena de interdição será aplicada pela administração, sempre que forem constatados vícios de qualidade por inadequação de serviço.
 - (D) A pena de inutilização do produto será aplicada mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa, se constatado vício de quantidade do produto.
44. Assinale a alternativa correta.
- (A) A ignorância do comerciante sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos o exime de responsabilidade.
 - (B) A garantia contratual de adequação do serviço depende de termo expresso e deverá ter em destaque cláusula limitativa da garantia legal.
 - (C) O abuso de direito praticado em detrimento do consumidor é fundamento para que o juiz desconsidere a personalidade jurídica do fornecedor.
 - (D) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição pelo período de cinco anos contados da data de fabricação do produto.

45. Em matéria de responsabilidade civil,
- (A) é solidária entre os fornecedores nos casos de vício de qualidade.
 - (B) é subjetiva em caso de vício de qualidade.
 - (C) é do fabricante se o vício for de quantidade.
 - (D) é objetiva em caso de profissional liberal.
46. Assinale a alternativa correta.
- (A) Deverá o juiz ouvir o Ministério Público sobre a vulnerabilidade do consumidor, antes de decidir sobre a inversão do ônus da prova.
 - (B) A cláusula contratual de eleição de foro é abusiva com fundamento no CDC.
 - (C) O juiz tem poder discricionário para avaliar a vulnerabilidade do consumidor em relação à sua suscetibilidade contratual.
 - (D) O termo de garantia contratual é objeto de crime de consumo, quando não preenchido adequadamente e com especificação clara de seu conteúdo.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

47. Sobre a adoção, é correto afirmar que
- (A) podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.
 - (B) a simples guarda de fato autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência com a criança ou adolescente.
 - (C) a adoção não poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento de adoção, antes de prolatada a sentença.
 - (D) o adotado não tem direito de conhecer sua origem biológica, mesmo após completar dezoito anos.
48. Sobre as medidas de proteção, é correto afirmar:
- (A) o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para a reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, implicando em privação de liberdade.
 - (B) as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
 - (C) é indispensável o ajuizamento de ação de investigação de paternidade pelo Ministério Público após o não comparecimento do suposto pai ou a recusa em assumir a paternidade a ele atribuída e a criança ser encaminhada para adoção.
 - (D) crianças e adolescentes não poderão ser encaminhados às instituições não governamentais que executem programas de acolhimento institucional.

49. Sobre as medidas socioeducativas aplicáveis em casos de atos infracionais, é correto afirmar que

- (A) a prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não inferior a seis meses, devendo ser cumpridas durante jornada mínima de oito horas semanais.
- (B) a liberdade assistida será fixada pelo prazo máximo de seis meses e não poderá ser prorrogada.
- (C) o regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, dependendo de autorização judicial.
- (D) a internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

50. Sobre a remissão, é correto afirmar:

- (A) iniciado o procedimento judicial para apuração do ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão como forma de exclusão do processo.
- (B) a remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou a comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, inclusive a colocação em regime de semiliberdade e a internação.
- (C) a medida aplicada por força da remissão poderá ser revista judicialmente, a qualquer tempo, mediante pedido expresso do adolescente ou de seu representante legal, ou do Ministério Público.
- (D) antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, não é cabível a concessão de remissão.

51. Sobre os procedimentos da Justiça da Infância e da Juventude, é correto afirmar:

- (A) se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituída, este poderá ser formulado diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensada a assistência de advogado.
- (B) o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.
- (C) a intimação da sentença que aplicar medida de internação ou regime de semiliberdade será feita unicamente na pessoa do defensor.
- (D) a recusa sistemática na adoção de crianças ou adolescentes indicados não importará na reavaliação da habilitação concedida.

52. Sobre os recursos, é correto afirmar:

- (A) o prazo para interpor e responder os embargos de declaração será de dez dias.
- (B) a sentença que deferir a adoção produz efeitos desde logo, embora sujeita a apelação, que será recebida exclusivamente no efeito devolutivo, salvo se se tratar de adoção internacional ou se houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ao adotando.
- (C) a sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita a apelação, que deverá ser recebida no efeito suspensivo.
- (D) os recursos nos procedimentos de adoção e destituição de poder familiar, em face da relevância das questões, serão processados com prioridade absoluta, devendo ser imediatamente distribuídos, ficando vedado que aguardem, em qualquer situação, oportuna distribuição, e serão colocados em mesa para julgamento, com revisão e com parecer urgente do Ministério Público.

53. Sobre a família substituída, guarda e tutela, é correto afirmar:

- (A) tratando-se de menor de dez anos de idade, para colocação em família substituída será necessário seu consentimento, colhido em audiência.
- (B) a guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção por estrangeiros.
- (C) o deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e não implica necessariamente o dever de guarda.
- (D) a guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

DIREITO PENAL

54. O agente que mata alguém, por imprudência, negligência ou imperícia, na direção de veículo automotor, comete o crime previsto no art. 302, da Lei n.º 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), e não o crime previsto no art. 121, § 3.º, do Código Penal. Assinale, dentre os princípios adiante mencionados, em qual deles está fundamentada tal afirmativa.

- (A) Princípio da consunção.
- (B) Princípio da alternatividade.
- (C) Princípio da especialidade.
- (D) Princípio da legalidade.

55. Pedro é sequestrado e os agentes exigem dinheiro de familiares dele como preço do resgate. Enquanto Pedro está privado da sua liberdade, é promulgada lei aumentando a pena cominada ao crime de extorsão mediante sequestro, previsto no art. 159, do Código Penal. Os agentes são presos em flagrante, e Pedro, libertado pela polícia, mas somente após a entrada em vigor da alteração legislativa. A pena a ser imposta aos agentes do sequestro, neste caso, será:
- (A) a pena anteriormente prevista, pelo princípio da ultratividade da lei penal benéfica.
 - (B) a pena anteriormente prevista, pois a extorsão mediante sequestro é crime instantâneo de efeitos permanentes.
 - (C) a pena prevista pela nova legislação, pelo princípio da retroatividade da lei penal.
 - (D) a pena prevista pela nova legislação, pois a extorsão mediante sequestro é crime permanente.
56. Joaquim, pretendendo matar a própria esposa, arma-se com um revólver e fica aguardando a saída dela da academia de ginástica. Analise as hipóteses a seguir.
- I. Se Joaquim errar o disparo e atingir e matar pessoa diversa que passava pelo local naquele momento, sem atingir a esposa, responderá por homicídio doloso, agravado pelo fato de ter sido o crime cometido contra cônjuge (art. 61, II, “e”, do Código Penal).
 - II. Se Joaquim errar o disparo e atingir e matar pessoa diversa que passava pelo local naquele momento, sem atingir a esposa, responderá por homicídio doloso, mas sem a incidência da agravante de ter sido o crime cometido contra cônjuge (art. 61, II, “e”, do Código Penal).
 - III. Se Joaquim atingir e matar a esposa, mas, simultaneamente, em razão do único disparo, por erro, também atingir e matar pessoa diversa que passava pelo local naquele momento, responderá por homicídio doloso, agravado pelo fato de ter sido o crime cometido contra cônjuge (art. 61, II, “e”, do Código Penal), em concurso formal.
 - IV. Se Joaquim atingir e matar a esposa, mas, simultaneamente, em razão do único disparo, por erro, também atingir e matar pessoa diversa que passava pelo local naquele momento, responderá por homicídio doloso, agravado pelo fato de ter sido o crime cometido contra cônjuge (art. 61, II, “e”, do Código Penal), em concurso material.
57. Assinale, dentre os crimes mencionados, qual deles admite a tentativa.
- (A) Lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3.º, do Código Penal).
 - (B) Omissão de socorro (art. 135, do Código Penal).
 - (C) Falsificação de documento público (art. 297, do Código Penal).
 - (D) Rufianismo (art. 230, do Código Penal).
58. Caio, reincidente em crime de estupro, também é reincidente em crime de roubo. Diante disso, para obter o livramento condicional, de acordo com o disposto no art. 83, do Código Penal, deverá cumprir
- (A) mais de três quintos da pena do crime hediondo e mais de um terço da pena do crime de roubo.
 - (B) mais da metade da pena do crime hediondo e mais de dois terços da pena do crime de roubo.
 - (C) integralmente a pena do crime hediondo e mais de dois terços da pena do crime de roubo.
 - (D) integralmente a pena do crime hediondo e mais da metade da pena do crime de roubo.
59. Tício, usuário de “maconha”, porém imputável e lúcido naquele momento, subtrai dinheiro que estava sobre a mesa da sala, deixado ali por sua avó, com mais de 60 (sessenta) anos de idade, visando adquirir entorpecente para uso próprio. Assinale, dentre as alternativas mencionadas, qual delas é a correta.
- (A) Tício é isento de pena, por ter praticado o furto contra ascendente.
 - (B) Tício responderá pelo furto, mas a ação penal estará condicionada à representação por parte da avó.
 - (C) Tício responderá pelo furto, independentemente de representação por parte da avó, pois, no caso, a ação penal é pública incondicionada.
 - (D) Tício não praticou crime, pois agiu em estado de necessidade.

Estão corretas apenas

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

60. Assinale a alternativa correta.

- (A) A autoridade policial pode determinar a soltura de indivíduo preso em flagrante e conduzido à sua presença, se das respostas das pessoas ouvidas no auto não resultar fundada a suspeita contra o conduzido.
- (B) A total ausência de testemunhas do crime impede a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- (C) No crime de extorsão mediante sequestro, o agente pode ser preso em flagrante delito mesmo após libertar a vítima por iniciativa própria.
- (D) O autor de um homicídio que se apresenta espontaneamente à autoridade policial, mais de 24 (vinte e quatro) horas após o cometimento do crime, pode ser autuado em flagrante.

61. Tício foi denunciado por homicídio doloso, por ter causado a morte de Alberto durante uma competição não autorizada de veículos. Ao término da instrução na primeira fase, restou demonstrado que o acidente ocorreu por imperícia de Tício. O juiz deve

- (A) absolver Tício porque, pelo princípio da correlação/congruência entre denúncia e sentença, não pode o juiz reconhecer o dolo eventual não provado.
- (B) pronunciar Tício, pois denunciado por crime doloso contra a vida, o órgão constitucionalmente competente para decidir é o Tribunal do Júri.
- (C) condenar Tício por homicídio culposo porque tem pena menos grave do que a do homicídio doloso.
- (D) abrir vista ao Ministério Público para aditamento da denúncia, no prazo de 5 (cinco) dias.

62. Assinale a alternativa correta.

- (A) No processo penal, a falta de resposta à acusação constitui nulidade absoluta.
- (B) No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só anulará o processo se houver prova de prejuízo para o réu.
- (C) O julgamento de recurso criminal na segunda instância não exige prévia intimação ou publicação da pauta.
- (D) Não é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerça a sua jurisdição.

63. Assinale a alternativa correta.

- (A) Dar-se-á carta testemunhável da decisão que denegar o recurso.
- (B) O Ministério Público pode desistir de recurso que haja interposto desde que se trate de crime de menor potencial ofensivo.
- (C) Réu que teve declarada extinta a punibilidade por prescrição pode recorrer pedindo decisão de mérito da acusação.
- (D) A apelação da sentença absolutória impede que o réu seja posto imediatamente em liberdade.

64. Assinale a alternativa correta.

- (A) Recebida a exceção de coisa julgada, o processo ficará suspenso até que seja definitivamente julgada.
- (B) Julgada procedente a exceção de suspeição, o processo continuará com a designação de outro juiz, mantidos os atos praticados pelo primeiro juiz antes do afastamento.
- (C) O processo pode ser facultativamente suspenso em face de arguição de suspeição do juiz.
- (D) Para a arguição da suspeição do juiz, é indispensável a capacidade postulatória.

65. Assinale a alternativa correta.

- (A) Para a “transação penal” não há necessidade do exame dos motivos e circunstâncias da infração. Bastam o exame dos antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente.
- (B) O agente condenado pela prática de contravenção não pode ser beneficiado com proposta de “transação penal”.
- (C) O agente beneficiado por “transação penal” em prazo inferior a 5 (cinco) anos pode ser beneficiado com nova “transação penal”.
- (D) O agente condenado pela prática de crime, ao pagamento de multa, pode ser beneficiado com proposta de “transação penal”.

66. Assinale a alternativa correta.

- (A) A transferência do condenado para regime menos rigoroso, após cumprido 1/6 (um sexto) da pena, não pode ser deferida pelo juiz da execução penal, com base apenas em atestado carcerário, expedido pelo diretor do estabelecimento penal, porque a lei exige a realização de exame criminológico.
- (B) O juiz da execução penal pode decidir sobre progressão ou regressão de regime, independentemente de manifestação do Ministério Público ou da defesa.
- (C) O isolamento preventivo do condenado faltoso exige autorização judicial, em face do princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- (D) A continuidade delitiva pode ser reconhecida em sede de execução penal, e as penas podem ser unificadas, determinando o juiz da execução o cumprimento da pena mais grave, com o aumento previsto no art. 71, do Código Penal.

67. O *habeas corpus* é

- (A) ação de natureza constitucional destinada a coibir qualquer ilegalidade ou abuso de poder contra a liberdade de locomoção.
- (B) recurso previsto na Constituição Federal para evitar atentado na liberdade de ir e vir ou no direito líquido e certo.
- (C) remédio constitucional, de caráter liberatório, destinado a coibir qualquer coação ilegal na sua liberdade de ir e vir ou evitar a consumação de uma ilegalidade, por ato de autoridade ou de particular.
- (D) medida de caráter liberatório que tem por finalidade obter reforma de decisão judicial, com apreciação de novas provas.

68. Na evolução político-constitucional brasileira, o voto feminino no Brasil foi expressamente previsto pela primeira vez num texto constitucional na Constituição de

- (A) 1891.
- (B) 1934
- (C) 1937.
- (D) 1946.

69. Dentre as condições de elegibilidade previstas na Constituição Federal, encontra-se o requisito da idade para concorrer aos cargos públicos eletivos. Nesse sentido, a idade mínima para a elegibilidade aos cargos de Presidente da República, Governador e Deputado Estadual é, respectivamente, de

- (A) trinta anos; vinte e um anos e dezoito anos.
- (B) trinta anos; trinta anos e vinte e um anos.
- (C) trinta e cinco anos; trinta anos e vinte e um anos.
- (D) trinta e cinco anos; trinta e cinco anos e vinte e um anos.

70. Considerando o disposto na Carta Magna a respeito do processo legislativo, assinale a alternativa correta.

- (A) O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em dois turnos de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.
- (B) Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias corridos, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.
- (C) O veto do Presidente da República será apreciado em sessão conjunta, dentro de quinze dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.
- (D) Na hipótese de rejeição de veto pelo Congresso Nacional, se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, o Presidente do Senado a promulgará e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.

71. Analise as seguintes afirmativas:

- I. É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no primeiro caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- II. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- III. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- IV. Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Está correto somente o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.

72. Na hipótese de um Deputado Federal e um membro do Tribunal de Contas do Estado serem pacientes do *habeas corpus*, a competência originária para processar e julgar esse remédio constitucional será, respectivamente,

- (A) do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado.
- (C) do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Estado.
- (D) do Tribunal Regional Federal e do Tribunal de Justiça do Estado.

73. Assinale a alternativa correta sobre o Poder Judiciário na Constituição Federal.

- (A) O ato de remoção, disponibilidade, demissão e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- (B) Os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse da Administração Pública.
- (C) Um quinto dos lugares dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de quinze anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de quinze anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (D) Nos tribunais com número superior a vinte e cinco juízes, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.

74. Considerando o sistema de controle de constitucionalidade das leis e atos normativos no direito brasileiro, é correto afirmar que

- (A) para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, incide sobre as agremiações partidárias a restrição jurisprudencial derivada do vínculo de pertinência temática.
- (B) em se tratando de ação direta de inconstitucionalidade, o STF firmou o entendimento de que ação dessa natureza não é suscetível de desistência.
- (C) a medida cautelar, em ação direta de inconstitucionalidade, reveste-se, ordinariamente, de eficácia *ex tunc*, operando, portanto, desde a edição da lei ou do ato normativo atacado.
- (D) quando tramitam paralelamente duas ações diretas de inconstitucionalidade, uma no Tribunal de Justiça local e outra no STF, contra a mesma lei estadual em face de princípios constitucionais estaduais que são reprodução de princípios da CF, a ação direta proposta perante o Tribunal estadual deve ser extinta.

75. Assinale a alternativa correta a respeito do mandado de segurança, considerando a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

- (A) Reconhece-se o direito de impetração de mandado de segurança a órgãos públicos despersonalizados desde que tenham prerrogativas ou direitos próprios a defender.
- (B) O mandado de segurança coletivo a ser impetrado por entidade de classe em favor dos associados depende de autorização destes.
- (C) Não é admitida a impetração do *writ* contra lei ou decreto de efeitos concretos.
- (D) O Supremo Tribunal Federal é competente para conhecer de mandado de segurança contra atos dos tribunais de justiça dos Estados.

DIREITO ELEITORAL

76. Sobre a organização e competência da Justiça Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- (A) Os juízes eleitorais, os TREs e o TSE possuem atribuição para responder a consultas sobre matéria eleitoral.
- (B) Os juízes eleitorais, oriundos da classe dos advogados, não podem exercer a advocacia enquanto durar a investidura.
- (C) Em vista da regra de que as condutas vedadas aos agentes públicos também caracterizam atos de improbidade administrativa (art. 73, § 7.º, da Lei Federal n.º 9.504/97), possui a Justiça Eleitoral jurisdição para imposição das cominações da Lei de Improbidade Administrativa.
- (D) O TSE pode expedir resoluções com força de lei.

77. Sobre as inelegibilidades, assinale a alternativa correta.

- (A) A inelegibilidade de Prefeito que concorre à cadeira no Poder Legislativo sem renunciar ao cargo seis meses antes do pleito deverá ser arguida na fase de registro da candidatura, sob pena de preclusão.
- (B) Vice-Prefeito que não tenha substituído o titular em ambos os mandatos pode se candidatar ao cargo de Prefeito, sendo-lhe facultada, ainda, a reeleição ao cargo de Chefe do Poder Executivo por um único período.
- (C) Na hipótese de rejeição de contas relativas ao exercício de cargos e funções públicas, a Justiça Eleitoral só poderá decidir pela não incidência de causa de inelegibilidade mediante prévia desconstituição da decisão de rejeição das contas, obtida na Justiça Comum.
- (D) Independentemente de eventual decisão desconstituída do Poder Judiciário, a demissão do serviço público, imposta em processo administrativo, não constitui causa de inelegibilidade.

78. No que se refere à captação ilícita de sufrágio, assinale a alternativa correta.
- (A) De acordo com a Lei Eleitoral e a atual redação da Lei das Inelegibilidades, as cominações podem compreender a imposição de multa, a cassação do registro ou do diploma e a inelegibilidade octonal.
 - (B) Para sua configuração, é necessária a aferição da potencialidade de o evento provocar desequilíbrio na disputa eleitoral.
 - (C) O termo final para o ajuizamento da ação é o dia da eleição, inclusive.
 - (D) Para sua configuração, é necessária a demonstração de que o ato tenha sido praticado pelo candidato beneficiário da conduta ilícita.
79. Sobre a movimentação de recursos financeiros durante a campanha eleitoral, assinale a alternativa correta.
- (A) O Ministério Público não possui legitimidade para o ingresso da ação por captação ou gasto ilícito de recurso para fins eleitorais, em vista da ausência de previsão no art. 30-A da Lei Federal n.º 9.504, de 1997.
 - (B) Diversamente do que ocorre com a captação ilícita de sufrágio, a procedência da ação por captação ou gasto ilícito de recurso para fins eleitorais implica apenas na cassação do registro do candidato.
 - (C) A falta de abertura de conta bancária específica não é fundamento para a rejeição de contas de campanha eleitoral desde que, por outros meios, se possa demonstrar sua regularidade.
 - (D) Para acolhimento da ação por captação ou gasto ilícito de recurso para fins eleitorais, estribada no art. 30-A da Lei Federal n.º 9.504, de 1997, é preciso avaliar a proporcionalidade da sanção em relação à gravidade da conduta.
80. Em relação à propaganda eleitoral, assinale a alternativa correta.
- (A) É admitido que, no período anterior ao registro das candidaturas, os pré-candidatos possam participar de debates, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, desde que não haja pedido de voto.
 - (B) É admitida a propaganda em árvores e nos jardins em áreas públicas desde que não lhes cause dano.
 - (C) É admitida a propaganda em estabelecimentos comerciais de acesso franqueado ao público, tais como bares e restaurantes, desde que haja consentimento espontâneo e gratuito do proprietário ou possuidor.
 - (D) É admitida a aplicação *ex officio* de multa por propaganda eleitoral ilícita, calcada no poder de polícia da Justiça Eleitoral.